

PT recorrerá ao Supremo

Andreí Meireles

O Governo vai abrir uma nova frente de batalha com as oposições por sua decisão de promover a suplementação orçamentária através de medida provisória. O PT já está se preparando para argüir a inconstitucionalidade da medida junto ao Supremo Tribunal Federal. O deputado Euclides Scalco, líder do PSDB, também a considera inconstitucional e já determinou à assessoria jurídica de seu partido o estudo de uma ação a ser impetrada junto ao STF. O ministro Bernardo Cabral, da Justiça, discorda, alegando que a Constituição autoriza o Executivo a recorrer à medida provisória para evitar um estado de calamidade pública.

Batalha

Essa será a segunda batalha judicial entre o Governo e as oposições em torno de questões orçamentárias este ano. Em julho, o presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, foi convencido pelas lideranças governistas de que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias seguiria direto para a sanção presidencial por não ter sido votado pelo Parlamento antes do Legislativo entrar em recesso. O Supremo, porém, concedeu uma liminar às oposições, forçando Nelson Carneiro a suspen-

der o recesso para votar a LDO e, em decorrência, a política salarial.

A suplementação orçamentária que envolve recursos de Cr\$ 2,5 trilhões, não foi apreciada pelo Congresso devido à exigência das oposições de condicioná-la à votação de uma nova política salarial. Na semana passada, quando da tentativa fracassada de um novo esforço concentrado do Congresso, o deputado Renan Calheiros, líder do Governo, tentou, sem êxito, convencer as oposições a votar apenas a revisão orçamentária sob o argumento de que vários programas sociais, como o da merenda escolar, seriam paralisados, prejudicando a população mais carente.

A decisão do Governo de viabilizar a suplementação orçamentária, beneficiando o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que estão, inclusive, com dificuldades financeiras para o pagamento dos salários de seus funcionários, atropela, também, a estratégia pós-eleitoral das oposições. Elas contavam com a inclusão da revisão orçamentária na pauta para trazer a Brasília número suficiente de parlamentares no dia 10 de outubro para a votação de uma nova política salarial. A saída das oposições, já decidida pelo menos pelo PT, é de tentar inviabilizar a alternativa adotada pelo Governo no Judiciário.